

NOTÍCIA SOBRE A IMPRENSA OPERÁRIA PORTUGUESA

Por **Victor de Sá**

1. A importância de um levantamento sistemático da imprensa operária

Desnecessário parece relevar a importância do levantamento sistemático da imprensa operária portuguesa a que vimos procedendo. Ela ressalta do extraordinário desenvolvimento que o estudo do movimento operário teve entre nós na última década, fenómeno antes disso quase imperceptível no nosso panorama intelectual.

Sendo uma das características da Época Contemporânea, não admira que a investigação sobre esse movimento social, tão fundamental nesta Época como foi na anterior o da ascensão da burguesia, se mantivesse na mesma penumbra em que jaziam os próprios estudos sobre a sociedade portuguesa contemporânea em geral, fossem eles de história política, económica, cultural ou de natureza sociológica.

Com a explosão de interesses manifestados nos anos setenta, tanto a realidade social como as curiosidades intelectuais passaram acentuadamente a orientar-se no sentido de tentar desvendar e integrar na dignidade investigativa esse mundo imenso e poderoso que é o do trabalho e seus agentes como sujeitos da história.

Os estudos que a partir de então têm vindo a público, oriundos dos mais diferentes quadrantes e inspirados nas fontes as mais diversas, acusam geralmente a carência da fixidez de uns tantos dados básicos convenientemente inventariados e seriados. Entre eles, é manifesta a fluidez do conhecimento que temos, nos melhores casos, da imprensa operária portuguesa, um dado fundamental para se poder avançar com mais segurança nos estudos deste teor. E nem admira que assim suceda sendo certo que, por um lado, a gama dessa imprensa é muito mais rica do que tudo quanto se pudesse imaginar; e, por outro, o desprezo

e abandono a que foi votada ou ainda o é, fez com que não se disponha de arquivos, mesmo em hemerotecas centrais ou bibliotecas especializadas, que permitam tomar-se um conhecimento exacto de toda a extensão desse imenso acervo documental.

Por isso, o nosso levantamento deve ser considerado mais como notícia do que inventário no sentido rigoroso do termo. Não é inventário do que existe num determinado local, mas notícia do que ainda existe, e também do que fundamentalmente consta ter existido. Resulta de uma boa meia dúzia de anos de trabalho persistentemente prosseguido, e da confrontação de dados sucessivamente obtidos, rectificadoss e complementados sempre que possível.

Já em Maio de 1981 apresentei este trabalho numa comunicação no seminário sobre O Movimento Operário em Portugal promovido então pelo Gabinete de Investigações Sociais, hoje Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Sob o tema *Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa*¹, considerávamos aí que o grande despertar, na década de 1970, da curiosidade pela história do movimento operário português e o correspondente avanço no seu conhecimento não permitiam o prosseguimento seguro de investigações sem o estabelecimento de dados básicos fundamentais, cientificamente coligidos e seriados. O levantamento então anunciado e já grandemente efectivado pretendia corresponder ao estabelecimento de uma dessas ordens de dados básicos.

Três anos decorridos sobre aquele anúncio, o trabalho adquiriu novas dimensões, sendo agora muito diferente, quer quantitativamente (dobrou os cerca de mil títulos iniciais), quer qualitativamente.

Fixemos algumas das suas características, começando pela diferenciação quanto a outros levantamentos já ensaiados.

2. Levantamentos anteriores

Se começou por ser uma ordenação de apontamentos pessoais tomados à margem de leituras diversas, servindo de suporte a outros estudos, o levantamento de agora resulta também das múltiplas contribuições de diversos trabalhos. Procuo desse modo obter uma recolha sistemática e não apenas ocasional. Assim, integra e unifica, convenientemente revistos, os elementos colhidos nos levantamentos anteriores conhecidos, que constam no seguinte *Quadro n.º 1*:

¹ In «Análise Social» n.º 67-68-69, Lisboa, 1981, pp. 839-860.

Anos	Levantamentos	N.º de Títulos
1920	«O Despertar» n.º 1, 18 de Janeiro, jornais em publicação...	27
1931	«Almanaque Socialista», Lisboa	84
1935	César Nogueira <i>in</i> «Pensamento», por ordem cronológica, 1850-1934	243
1973	César Oliveira, «O Socialismo em Portugal» (apêndice) e «Análise Social» n.º 39, ordenação cronológica, 1850-1900	105
1980	Edgar Rodrigues, «Despertar Operário», entre 1834 e 1911, por localidades	375
1980	Carlos da Fonseca, «Cronologia do Movimento Operário», entre uns 800 títulos de publicações periódicas diversificadas, compreendidas entre os anos de 1800 e 1973, por ordem cronológica, cerca de metade são operários ou afins.....	± 400
1981	M. Filomena Mónica e Salgado Matos, «Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)» por ordem alfabética engloba ao todo.....	1.016
1983	Victor de Sá, cronológico, alfabético, geográfico e profissional (1.ª versão)	1.727

Para os mesmos limites temporais, o nosso levantamento acusa respectivamente 172 títulos até 1900, 678 até 1911, 1 266 até 1934 e 1 378 até 1973 (Ver *Quadro n.º 2*).

Relativamente a esses levantamentos notemos mais alguns aspectos.

Enquanto os primeiros deram, nos melhores casos, apenas uma (César de Oliveira) e duas centenas e meia (César Nogueira) de títulos, os últimos, publicados já no início da nossa década, atingiram quantidades substancialmente superiores, quase meio milhar (Edgar Rodrigues, Carlos da Fonseca) ou mesmo mais de um milhar (Mónica-Matos). É bem o reflexo do aprofundamento das pesquisas neste novo ramo da investigação histórica e sociológica.

Por outro lado, não será de todo ocioso observar que em nenhum daqueles inventários se verifica coincidência quanto aos âmbitos cronológicos:

- 1850-1934 para César Nogueira
- 1850-1900 » César Oliveira
- 1834-1911 » Edgar Rodrigues
- 1800-1973 » Carlos da Fonseca
- 1834-1934 » Mónica-Salgado

Desta mobilidade dos âmbitos cronológicos, como da progressão das quantidades inventariadas, pode ver-se:

- 1.º como é insuspeitadamente rico e relativamente desconhecido ainda o acervo documental da imprensa operária portuguesa;
- 2.º como são hesitantes também os critérios cronológicos adoptados.

Estou em crer, pela minha própria experiência, que esta divergência de critérios não é uma questão estrita de limites cronológicos, mas tem muito a ver também com as múltiplas dificuldades que nos oferece o tratamento deste novo tipo de documentação.

3. No que consiste o nosso trabalho

O nosso trabalho sobre a imprensa operária portuguesa consiste essencialmente numa notícia, que procuro seja ordenada e sistemática, de jornais, boletins, números únicos, revistas e almanaques, de que haja conhecimento directo ou indirecto.

Procura registar toda a imprensa operária ou intencionalmente operária, evitando critérios de sectarismo ideológico. Além do título, localidade e ano inicia de publicação, fornece também, na medida do possível, a periodicidade, as datas iniciais e finais, a quantidade de números publicados, a propriedade e os nomes dos responsáveis e colaboradores, por vezes também as tiragens.

Não acusa a preocupação dos limites cronológicos: vem de 1836, ano em que encontramos o mais remoto jornal de intenção operária (*O Artista*), verdadeiramente operário só em 1850 (*O Eco dos Metalúrgicos*) até ao presente (1984). Não sinto complexos perante o tempo contemporâneo, pois não considero a história apenas como uma memória de arquivos. Nós somos também a memória do nosso próprio tempo, e se soubermos colhê-la e ordená-la ela será tão válida como as demais memórias já empoeiradas e possivelmente até mutiladas ou adulteradas.

Acresce ainda que não há outros registos. As bibliotecas recebem apenas os jornais que lhes mandam, mas o depósito legal está muito longe de ser cumprido rigorosamente, e por isso são aí imensas as lacunas. Os próprios organismos sindicais também só às vezes têm em arquivo as suas publicações, pelo que o nosso levantamento tenta nesse aspecto suprir uma carência evidente. Além de que, na realidade, também não podemos desligar o movimento operário histórico da sua vitalidade presente.

Do mesmo modo os limites geográficos também não aparecem afectados por complexos regionalistas ou colonizantes. O nosso levantamento abrange o Continente, as Regiões Autónomas, os territórios outrora submetidos à administração portuguesa e, por vezes, jornais da emigração, desde que motivados por interesses orientados no sentido da causa operária.

Excluímos, no entanto, os jornais regionais e outros da actualidade, que mesmo quando tenham em consideração os interesses operários, são predominantemente regionalistas ou noticiosos do quotidiano em geral. Assim como os mais recentes jornais cooperativos. Se até meados do nosso século o cooperativismo era um ideal não exclusivo mas muito caracteristicamente operário, datando dos anos de 1849 e 1870 as primeiras cooperativas portuguesas, todas operárias, nos nossos dias o cooperativismo ganhou uma força que exige o seu tratamento autónomo. Queremos com isto dizer que registamos a imprensa do primeiro meio século do cooperativismo português, mas deixamos de a incluir no nosso trabalho agora que o seu crescimento e consequente complexidade exigem um tratamento cuidado e visto em separado.

Quanto ao critério de ordenação, optámos pelo método histórico ou cronológico.

4. Vantagens do critério cronológico

Ao adoptarmos o critério de ordenação cronológica tivemos grandemente em vista permitir o acompanhamento, ao longo do tempo, do despertar de uma consciência de classe, a evolução das suas palpações colectivas, as múltiplas vias sinuosas seguidas pelo movimento operário na sua marcha já secular, a própria tessitura e alastramento geográfico da organização operária em Portugal. É nessa ordem que aparecem os elementos informativos disponíveis sobre cada uma das publicações recenseadas.

O interesse da ordenação cronológica ressalta porém mais evidente ao observar-se o mapa quantitativo por anos e os gráficos que tal ordenação proporcionou, um respeitante às variações do número de jornais criados ano a ano (*Quadro n.º 3*), outro, mais global, acusando as variações década a década (*Quadro n.º 4*). Entre outros, oferecem-nos a visualização, de um modo sintético e quanto a nós convincente, de três aspectos que nos parecem fundamentais.

Pelo número de publicações iniciadas confirma-se, em primeiro lugar, a consolidação do movimento operário a partir da década de

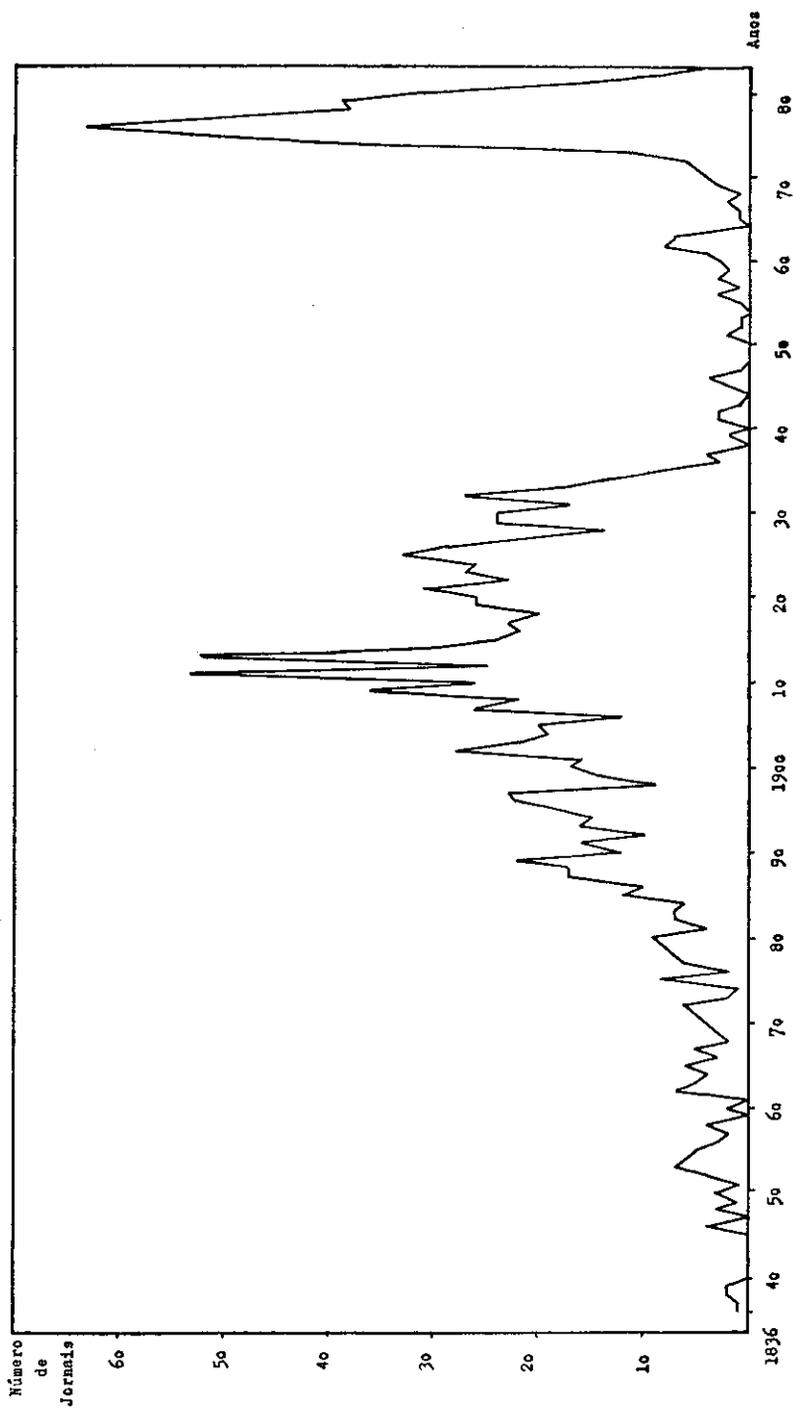
Quadro 3

Victor de Sá

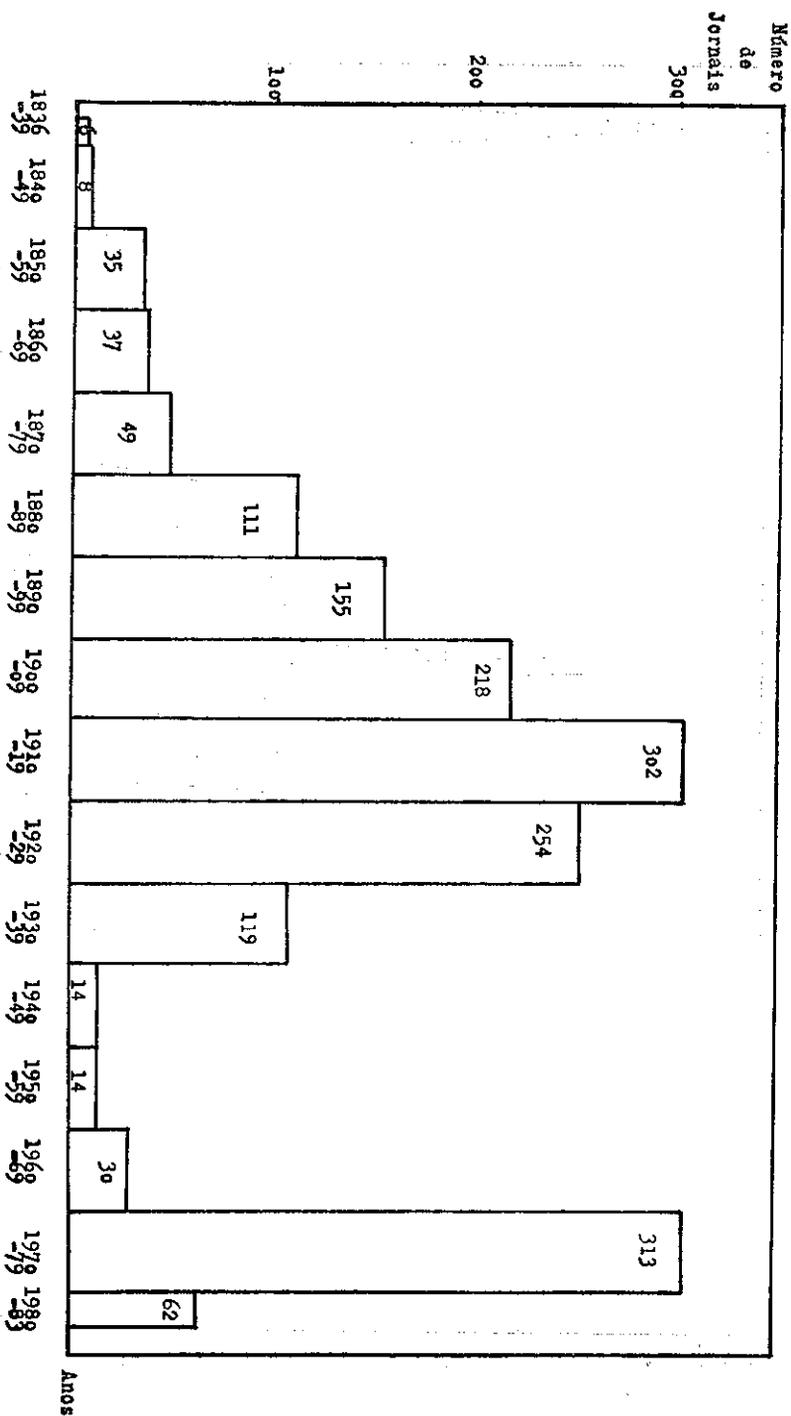
Imprensa Operária Portuguesa

CRIAÇÃO ANUAL DE IMPRENSA DE TEOR OPERÁRIO

Gráfico provisório
(Dezembro 1983)



EVOLUÇÃO POR DECÉNIO DO NÚMERO DE JORNAIS OPERÁRIOS



1880. Trata-se de uma ascensão imparável até final do primeiro quartel do nosso século.

Por outro lado, revela-se a grande vitalidade na década da 1.^a República. A culminância dos anos de 1910-1920 suporta a confrontação com a década recente dos anos 1970-1980, a despeito da actual explosão de imprensa operária que atinge o zénit das criações em 1976, decorrente da Revolução do 25 de Abril. Creio que nunca tinha sido notada, nem suspeitada, a importância (quantitativa) da imprensa operária na 1.^a República, o que sugere o quanto estaremos ainda longe de avaliar a importância social desse período, talvez não tanto pelo que fez neste domínio, mas sobretudo pelo que deixou fazer. Terá sido possivelmente superior, a despeito das aparências, à sua importância política.

Por fim, observa-se melhor o que foi a profunda depressão nas décadas entre 1930 e 1970, um extenso vale de infecundidade a confirmar os efeitos da repressão que nesse período se abateu sobre a classe operária.

5. Dificuldades maiores

Mas as dificuldades e problemas que um trabalho deste teor levanta também merecem uma nota de reflexão.

O atraso na criação de hemerotecas e na preparação de pessoal devidamente habilitado ao tratamento das espécies periódicas, as imensas carências nos depósitos legais e as insuficiências ou mesmo a inexistência de ficheiros são sem dúvida os obstáculos maiores. Nos raros casos em que pode dispor-se de ficheiros ideográficos, aí há ainda o perigo de sermos puramente enganados, pois muitas vezes acontece, por exemplo, que sob a rubrica de SINDICALISMO se reúne também fichas de natureza diferente, nomeadamente referentes a publicações patronais e outras completamente estranhas à causa ou ao conteúdo temático operário.

A precaridade da imprensa periódica, sobretudo a de pequenas dimensões ou de reduzida durabilidade, torna evidente os prejuízos resultantes do atraso na criação de hemerotecas. Os jornais têm-se perdido no todo ou em parte das suas colecções e continuam a perder-se. Se a isso acrescentarmos as circunstâncias de marginalização do proletariado e o subsequente menosprezo dos seus produtos literários, como os jornais são, temos alargado o quadro das dificuldades específicas deste tipo de documentação.

Mas elas não ficam por aí. Também pesa o circunstancialismo histórico, as destruições de colecções ao longo de meio século de repres-

são institucionalizada: as apreensões policiais, as destruições em Sindicatos corporativos, e a auto-defesa de militantes ou suas famílias.

Em resultado das graves carências arquivísticas, outras dificuldades são ainda de assinalar. Desconhecem-se frequentemente, por exemplo, quem foram ou são os responsáveis pelas publicações, os seus editores ou directores. Deve lembrar-se, também, que ao longo deste século e meio tem evoluído muito a legislação da imprensa, ao princípio quase inexistente, quanto às exigências de formalidades legais a cumprir².

Por outro lado ainda hoje, dez anos depois da libertação, não se criou nos Sindicatos uma sensibilidade para o arquivo histórico. Há arquivos administrativos, mas não há colecções de publicações, como geralmente não há também de cartazes, notícias, fotografias, etc. Nem há organismos centrais de Sindicatos que registem a infinidade de títulos que nestes últimos anos se têm publicado e atingem por vezes tiragens consideráveis.

Estas são dificuldades, porém, que nos estimularam a aguçar o engenho, pois é apesar de tudo gratificante termos a consciência de estarmos a preencher uma lacuna.

6. Quanto ao conceito de imprensa operária

Não menor dificuldade foi estabelecer, através da prática, o critério a adoptar quanto ao conceito de imprensa operária.

Imprensa operária. Que imprensa?

Teoricamente a questão é simples no nosso tempo: é toda a que for redigida e editada por trabalhadores na defesa e propaganda dos seus interesses de classe.

Mas esta firmeza de conceito não pode aplicar-se ao longo de um período assim extenso de século e meio, no qual se engloba a fase que foi de formação da própria consciência de classe. Há que considerar as sucessivas experiências históricas que o movimento operário português viveu no decurso de 150 anos de lutas mais ou menos organizadas, as ilusões e os sonhos de que essas lutas se alimentaram, as decepções que produziram.

Por outro lado há ainda as múltiplas correntes ideológicas, táticas, partidárias, etc., que se foram formando e dissolvendo, todas elas

² Ver sobre matéria legislativa o recente levantamento de Luís Alberto Marques Alves *Subsídio para a história da imprensa em Portugal*, Cadernos, «Estudos Contemporâneos» n.º 1, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1983 (copiografado).

reclamando-se de serem os fiéis intérpretes dos interesses da causa operária.

Face a essa multiplicidade de posições e variabilidade de circunstâncias, o critério a adoptar tinha de ser necessariamente amplo, pois não podia ser limitativo da riqueza surpreendida. Obedeceu ao propósito, essencialmente, de reunir os títulos de cariz operário, mesmo que nem sempre redigidos ou editados por trabalhadores, mas que salientemente se lhes refiram.

Assim, reunimos jornais, revistas, folhas, boletins, órgãos de associações de classe, enfim publicações de periodicidade mais ou menos longa ou fugaz, como os números únicos, mesmo que nem sempre redigidos ou editados por operários, sejam publicações de carácter noticioso, de crítica social ou combate, doutrinários, propagandísticos, organizativos e até, por vezes, os de objectivos aleatórios. Seleccionados portanto nem sempre pela sua origem mas pelo seu destino ou intenção.

Desse modo aparecem abrangidas as mais diversas correntes que ao longo de século e meio têm atravessado o movimento operário português: associativistas, mutualistas, cooperativistas, socialistas, anarquistas, sociais-cristãs, sindicalistas, comunistas, nacionais-sindicalistas, sindicais-monárquicas, corporativistas, sociais-democráticas, esquerdistas, etc.

Entre as correntes burguesas reformistas, uma oferece por vezes especial dificuldade no delimitar de fronteiras: é a do republicanismo radical. No tempo da Propaganda ou mais tarde, a ânsia de captar o apoio das camadas trabalhadoras conduziu a um apelo demagógico às aspirações socialistas de tal modo que ao tempo se fizeram confundir por vezes com o próprio socialismo. Muitos desses jornais defendiam, por exemplo, o sufrágio universal e atraíam o apoio dos trabalhadores através da colaboração de adeptos da sua causa, como eram os casos de Felizardo Lima, Angelina Vidal, Campos Lima, etc. É natural portanto que alguma dessa imprensa republicana caiba abrangida por este inventário.

Todas essas dificuldades práticas mostram como é fluído e corre o risco da subjectividade o delimitar de tais fronteiras. Nos casos de dúvida, não hesitámos em sacrificar ao rigor, que seria limitativo, e preferimos adoptar o critério mais amplo, englobando portanto não só os jornais propriamente operários como também os que intencionalmente se lhes destinam.

7. Ainda dificuldades

Outras dificuldades foram de natureza mais formal. Por exemplo, quanto à uniformidade e homogeneidade dos elementos recolhidos. Não havendo arquivos completos nem registos sistemáticos, os dados obtidos são por vezes escassos ou falíveis, enquanto noutros casos a omissão é quase completa. Portanto, se para uns jornais a informação é mais satisfatória, para outros pouco mais se sabe além do título, localidade e ano inicial de publicação. A desigualdade da informação afecta desse modo o equilíbrio da exposição.

Quanto à durabilidade das publicações também surgem dúvidas: quando acabaram na realidade? quando são diferentes, mantendo o mesmo título? e quando são as mesmas com títulos diferentes? As poucas colecções existentes são quase sempre incompletas, e há ainda a eventualidade, muitas vezes verificada, de a mesma publicação ser retomada mais tarde. Subsistem também muitas dúvidas sobre se determinados títulos, aparentemente iguais, o serão na realidade, ou se se trata de reparações, etc. Estes casos alertamo-los geralmente em notas remissivas que chamam a atenção para as identidades eventuais.

Dificuldades deste género põem-se quer quanto às publicações antigas, quer quanto a muitas das actuais. Nos anos correntes de 1980 ainda se publicam jornais que, mesmo quando numerados, omitem a data da publicação, seja o dia, o mês ou trimestre, ou mesmo o próprio ano! E também há títulos que sucessivamente se modificam, constituindo no entanto a mesma série e sendo publicados pelo mesmo organismo.

Uns e outros casos, deve confessar-se, tornam desesperante o esforço mobilizado para os integrar numa ordenação criteriosa e uniforme.

8. As fontes

No que respeita a fontes, depois da integração dos dados fornecidos pelos autores dos primeiros inventários de imprensa operária, confrontados, sempre que possível, com os próprios jornais, a pesquisa tem sido alargada a uma grande variedade de outros núcleos de informação.

Uns, específicos da inventariação de imprensa periódica na sua generalidade: Silva Pereira, *Jornalismo Português e Notícia Suplementar*, abrangendo informações até finais do século passado; e *Repertório das Publicações Periódicas Portuguesas* (Biblioteca Nacional, 1961 e anos seguintes).

Outros, constituindo monografias locais respeitantes também à imprensa periódica na sua generalidade. Para o Porto, Raul de Matos Fernandes, *Jornais do Porto* (1896-1925); para Coimbra, A. Carneiro da Silva (Biblioteca Municipal, 1947), Lúcia Veloso e José Manuel Mota de Sousa (Biblioteca Geral da Universidade); para o distrito de Braga, A. Lopes de Oliveira (*A Imprensa Bracarense*, 1976); para Évora, Gil do Monte (*O Jornalismo Eborense*, 1955); para Aveiro, o catálogo da Exposição 150 anos de imprensa aveirense (Festa 82 promovida pelo P. C. P.); para a Guarda, José Pinharanda Gomes (*Subsídios*, 1970, e *Imprensa da Guarda*, 1983); para Portalegre, António Ventura e Aurélio Bento Bravo (1836-1970), para Elvas, António José Torres de Carvalho (*Notas, fascículos publicados em 1931-1932*); para Espinho, Francisco Azevedo Brandão (*Boletim Cultural*, 1978); para Olhão, Antero Nobre (*A Imprensa Periódica no Concelho*, 1983); para a Póvoa de Varzim, Orlando Montenegro (*A Questão Operária na Póvoa durante a 1.ª República*, *Boletim Cultural*, 1978), enfim, Ernesto do Canto para os Açores (*Biblioteca Açoriana*, 2 vols., 1890-1900); Júlio de Castro Lopo para Angola (1964); e para Moçambique Raul Neves Dias (1964), CODAM (1973) e José Capela (*O Movimento Operário em Lourenço Marques*, 1983).

Respeitantes a alguns jornais operários temos também as monografias sobre «A Voz do Operário», de Raul Esteves dos Santos e as de Fernando Piteira Santos (1981); Alexandre Vieira (*Em Volta da minha profissão*, 1950) e Jacinto Baptista (*Surgindo vem ao longe a Nova Aurora...*, 1977) sobre «A Batalha»; Alberto Pedroso e António Ventura sobre jornais da 1.ª República (*Emílio Costa e o Sindicalismo*, 1978); João Medina sobre a «Terra Livre» (*Análise Social*, 1981); Cecília Barreira sobre «A Revolução» (*Análise Social*, 1981) João Freire sobre «A Sementeira» (*Análise Social*, 1981) e outros.

Constituem ainda fontes preciosas: o catálogo da Exposição de Documentos do Espólio de Pinto Quartim (G.I.S. — Biblioteca Nacional, 1981), «Os 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria, 1921-1981» (Exposição do aniversário do P.C.P.) e, além da «Análise Social» (Lisboa) e outras revistas, o «Boletim de Estudos Operários» que desde 1982 se vem publicando com regularidade.

Além destas fontes impressas, tem-nos sido também muito úteis as informações avulsas colhidas em organismos sindicais, associativos e outros, como o Serviço de Informação Científica e Técnica do Ministério do Trabalho e a Repartição de Registo da Imprensa Periódica do Ministério da Comunicação Social, aos quais aqui expressamos os nossos agradecimentos.

9. Ordenação e índices

Como se organiza este volumoso acervo de informações, que abrange uma quantidade já aproximada dos 2 000 títulos?

Ordenam-se os títulos por ordem cronológica tomando por referência o ano inicial de publicação. Dentro de cada ano, dispõem-se por ordem alfabética.

Nesta arrumação geral os títulos serão, quando o trabalho for dado por concluído, numerados à margem na ordem sucessiva da sua colocação, números esses que passarão a constituir uma referência cómoda, precisa e sintética para a elaboração de índices. Estes serão em número de três e irão proporcionar uma grande operacionalidade às consultas.

O primeiro é alfabético. Pelo número do inventário, indicado entre parêntesis, e pelo ano de publicação alcança-se imediatamente a sua localização. Permite além disso colher algumas sugestões quanto às evoluções semânticas e predominâncias vocabulares assinaláveis nos títulos, por exemplo, quanto à generalização dos termos «artista», «operário» e «proletário» ou quanto à acentuação de sentimentos de esperança («aurora», «alvorada». «futuro») ou de protesto e revolta («luta», «batalha», «revolta»), etc., etc.

Outro índice será o geográfico, por localidades. Permite surpreender o fenómeno de alastramento geográfico da iniciativa operária no que respeita a organização e propaganda do seu movimento. Mesmo quando os jornais não sejam exactamente de operários, a verdade é que lhes são destinados, o que faz subentender a existência de manchas locais de proletariado potencialmente receptivo. Será revelador, entre outros aspectos, o grande número de publicações oriundas das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O terceiro é o índice por sectores sócio-profissionais. Permite recolher a prioridade e a sucessão dos grupos que vão tomando voz no mundo da expressão proletária, assim como avaliar quais as profissões que se revelaram mais activas na criação de órgãos de classe. O aspecto quantitativo deve aqui correlacionar-se com a perdurabilidade de cada jornal ou boletim. Um só jornal pode ter tido uma persistência de publicação através de muitos anos, enquanto outros nem um ano chegaram a durar, por vezes não passaram mesmo do primeiro número. Mas quando não tenha havido perdurabilidade, houve, pelo menos, a insistência em renovar iniciativas com o mesmo objectivo, o que dá ideia do interesse, da actividade e da persistência do respectivo sector socioprofissional.

10. Considerações finais

Concluindo, direi que o trabalho que venho anunciando pretende consubstanciar, mas de um modo crítico e não passivo ou repetitivo, todas as contribuições até hoje publicadas sobre a imprensa operária portuguesa. Beneficia também das achegas colhidas em muitas outras fontes dispersas.

Além disso, não se cinge a limites temporais restritivos, pelo que, além dos jornais considerados históricos, reúne também os jornais de criação mais recente e os que ainda se publicam e por sua vez farão história, pelo que se impõe desde já registar a sua memória, visto que outros registos completos não há.

A despeito da incontestável utilidade deste trabalho, que daí resulta, será uma temeridade a sua publicação. Será um trabalho sempre inacabado, como acontece com todos os levantamentos bibliográficos. Será sempre possível acrescentar mais estes ou aqueles títulos, rectificar mais estes ou aqueles dados. Assim nos diz a experiência própria, como nos mostra também a lição de trabalhos alheios.

Mas haverá que decidir entre a perfeição acabada (quando?) e a perfeição possível, relativa no tempo. Depois de anos de enriquecimentos sucessivos, cremos ter esgotado por agora todas as fontes adequadas ao objectivo em vista.

Representando, pois, um ponto de chegada, uma súpula de tudo o que até aqui foi possível obter, este levantamento constituirá por sua vez um ponto de partida.

Quando publicado, valerá como um painel organizado de um largo conjunto, onde com mais nitidez vão ressaltar lacunas, confusões, imprecisões, mil insuficiências, enfim, que a outros caberá superar. E incitará ao aprofundamento das pesquisas em cada localidade ou região, ou a nível sectorial por profissões.

As bibliotecas centrais ou regionais, assim como as uniões e federações de sindicatos podem e devem esforçar-se por isso, e tentar obter e conservar colecções de jornais e outros materiais da organização operária. Na maioria dos casos, é certo, nem será mais possível. Mas muitos horizontes novos e insuspeitados poderão ainda rasgar-se a partir da predisposição de núcleos de activistas empenhados na preservação do nosso património cultural, de que o sindicalismo é já também parte integrante.

